



Instrumento particular da 3ª Alteração e Consolidação do Contrato Social de  
**RHPAY DO BRASIL SERVIÇOS E CONTABILIDADE LTDA - EPP**  
CNPJ nº 04.907.126/0001-03

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, e na melhor forma de direito os abaixo assinados:

(a) **RUBENS ALVES REZENDE LIMA**, brasileiro, casado, contador, CRC 1SP 234551/O-5, portador da cédula de identidade RG nº. 24.776.741-4 SSP/SP e CPF/MF nº. 164.218.038-65, residente e domiciliado nesta capital a Rua Domingos Marcelino Pereira nº. 24, Jardim São João – CEP: 02365-155 e;

(b) **RENATO VIEIRA PITA**, brasileiro, casado, contador, CRC 1SP 215876/O-8, portador da cédula de identidade RG nº. 28.346.125-1 SSP/SP e CPF/MF nº. 280.830.348-35, residente e domiciliado nesta capital a Rua Guilhermina nº. 342-A, Lauzane Paulista, CEP: 02469-040;

Únicos sócios componentes e titulares de 100% das cotas sociais da sociedade empresária denominada **RHPAY DO BRASIL SERVIÇOS E CONTABILIDADE LTDA - EPP**, com sede e foro com sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à Rua Tomé Portes, 289, Parada Inglesa, CEP: 02241-010 e inscrita no CNPJ sob o nº 04.907.126/0001-03 e constituída por contrato social de transformação de tipo jurídico de empresário devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.225.152.044 em sessão de 17/02/2011, com 1ª alteração arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 234.334/11-3 em sessão de 20/06/2011 e 2ª alteração arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 53.782/12-4 em sessão de 13/02/2012, tendo seu registro anterior regido pelo tipo jurídico de empresário individual averbado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.118.180.33 em sessão de 18/02/2002.

Resolvem, assim, de comum acordo e na melhor forma de direito alterar o contrato social e suas cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: Da Alteração do tipo jurídico:** Neste ato, a sociedade empresária, decide alterar sua natureza jurídica para sociedade simples pura nos termos dos artigos 997 a 1.038 da Lei nº 10.406/02.

**Parágrafo primeiro:** Com essa alteração todos os seus documentos que antes eram registrados na Junta Comercial passam a ser registrados no Cartório de Pessoas Jurídicas.

**CLÁUSULA SEGUNDA: Da alteração da denominação social:** Neste ato, a sociedade decide alterar a denominação social que passará a ser **RHPAY CONTADORES ASSOCIADOS SS - EPP**.

**CLÁUSULA TERCEIRA: Da alteração do objeto social:** Neste ato, a sociedade decide alterar o objeto social para a Prestação de serviços contábeis, nos termos do artigo 25, do Decreto nº 9.295/46, combinado com as Resoluções do CFC vigentes.

**CLÁUSULA QUARTA - Da Consolidação do Contrato Social:** Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem - inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração, decidindo-se os sócios, nesta oportunidade, consolidar o contrato social vigente

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURIDICA DA CAPITAL  
22 SET 2017  
79617  
MICROFILMAGEM

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURIDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 001  
22 SET. 2017  
Dr. José Antonio Michaluart  
Oficial

que, em função da alteração efetuada, passa a vigorar com as cláusulas reeditadas, delineadas e reenumeradas, a seguir:

## **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE SIMPLES PURA**

### **RHPAY CONTADORES ASSOCIADOS SS – EPP**

Os abaixo assinados:

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 002  
22 SET. 2017  
Dr. José Antonio Michaluart  
Oficial

(a) **RUBENS ALVES REZENDE LIMA**, brasileiro, casado, contador CRC 1SP 234551/O-5, portador da cédula de identidade RG nº. 24.776.741-4 SSP/SP e CPF/MF nº. 164.218.038-65, residente e domiciliado nesta capital a Rua Domingos Marcelino Pereira nº. 24, Jardim São João – CEP: 02365-155 e;

(b) **RENATO VIEIRA PITA**, brasileiro, casado, contador, CRC 1SP 215876/O-8, portador da cédula de identidade RG nº. 28.346.125-1 SSP/SP e CPF/MF nº. 280.830.348-35, residente e domiciliado nesta capital a Rua Guilhermina nº. 342-A, Lauzane Paulista, CEP: 02469-040;

Tem entre si, justo e combinado a constituição de uma SOCIEDADE SIMPLES PURA, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e pela legislação específica que disciplina essa forma societária.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Denominação Social, sede e foro:** A sociedade girará sob a denominação social de **RHPAY CONTADORES ASSOCIADOS SS – EPP**, com sede e foro nesta Capital à Rua Tomé Portes, 289, Parada Inglesa, São Paulo, SP, CEP 02241-010, São Paulo, SP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto Social:** A sociedade tem por objeto social a **Prestação de serviços contábeis**, nos termos do artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295/46, combinado com as Resoluções do CFC vigentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Capital Social:** O capital social será de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), integralizado em moeda corrente do país, dividido em 10.000 (Dez mil) quotas, de valor unitário de R\$ 10,00 (Dez Reais) cada uma e dividido entre sócios de capital da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor
RENATO VIEIRA PITA	5.000	50	R\$ 50.000,00
RUBENS ALVES REZENDE LIMA	5.000	50	R\$ 50.000,00
Total	10.000	100	R\$ 100.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais em conformidade com o inciso VIII, artigo 997 da Lei nº. 10.406/2002.

### **CLÁUSULA QUARTA – Início de atividades, prazo de duração e termo do exercício social**

A sociedade iniciou suas atividades em 03 de janeiro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado e encerrando-se seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

**CLÁUSULA QUINTA – A Administração:** A administração da sociedade ficará a cargo de ambos os sócios, que assinará conjunto, individualmente ou isoladamente, respondendo pelos atos societários e sua representação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, somente em



negócios de exclusivo interesse da sociedade, podendo representá-la perante repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Conselhos de Classe e demais órgãos, sendo-lhes vedado no entanto, usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade, ou assumir responsabilidade estranha ao objetivo social, seja em favor de quotista ou de terceiros. Terão ainda o poder e atribuição de administrar o nome empresarial, podendo praticar todos os atos de administração, tendo os mais amplos e gerais poderes, podendo representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da sociedade, abrir e encerrar contas bancárias, efetuar saques e movimentação bancária, nomear procuradores, assinar, enfim, todos os papéis de interesses, inclusive cheques e escrituras, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social que venha e onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica facultado aos administradores atuando em conjunto, isoladamente ou individualmente, nomear procuradores, para um período determinado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

**CLÁUSULA SEXTA – Da retirada de Pró-Labore:** Os sócios poderão fazer o pró-labore observado às disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Lucros e/ou Prejuízos**

Os lucros e/ou prejuízos apurados em Balanço a ser realizado após o término do exercício social serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente as quotas de capital de cada um, podendo os sócios, todavia, optarem pelo aumento do capital utilizando os Lucros e/ou pela compensação dos prejuízos em exercícios futuros.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Responsabilidade Técnica**

A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, estará a cargo dos sócios, que responderão pelos serviços contábeis previstos no artigo 25, do Decreto Lei n.º 9295/46.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Constituído administrador não sócio, conforme previsão da cláusula oitava deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

**CLÁUSULA NONA – Deliberações Sociais**

As deliberações sociais de qualquer natureza serão havidas por meio de reuniões dos sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das filiais e Outras Dependências**

A sociedade poderá a qualquer tempo abrir, manter, instalar ou extinguir filiais e/ou escritórios administrativos em outros pontos do território nacional de acordo com os interesses sociais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Transferência**

Os sócios poderão ceder ou alienar por qualquer título suas respectivas quotas, mediante notificação aos demais sócios com antecedência mínima de 60(sessenta) dias, para que exerçam o direito de preferência.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Se nos trinta dias subsequentes a notificação, os sócios não se manifestarem, poderão as quotas serem cedidas ou alienadas a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Dissolução da Sociedade

A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, mas prosseguirá com os remanescentes, pagando a sociedade ou os sócios remanescentes aos herdeiros do falecido, sua quota de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, a contar da data do falecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Casos Omissos

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Declarações dos Sócios

Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os sócios declaram sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei especial, que possam impedi-los de exercer a administração da sociedade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Foro

Para dirimir dúvidas, questões oriundas ou casos omissos que por ventura surgirem com referência ao presente contrato social, elegem o Foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

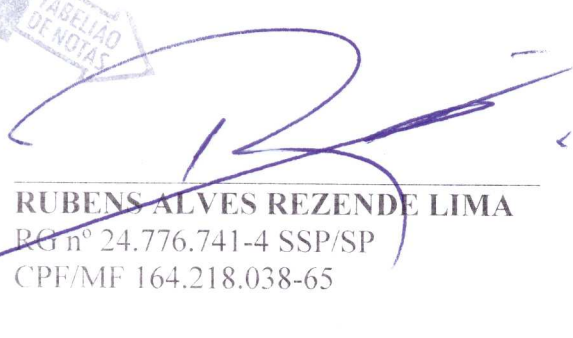
E por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual forma e para o mesmo efeito.

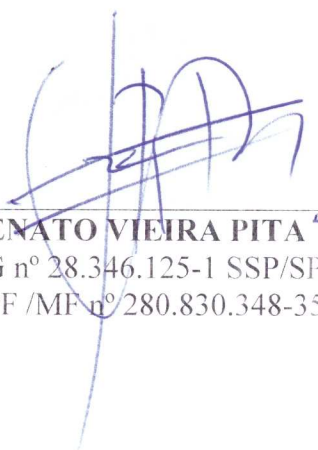
São Paulo, 14 de julho de 2017.

79 SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 004  
22 SET. 2017

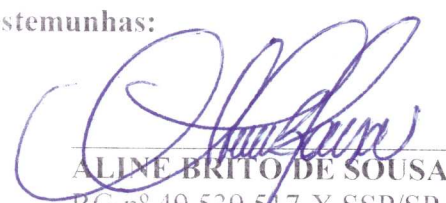
Dr. José Antonio Michaluart  
Oficial


SÓCIOS:

  
RUBENS ALVES REZENDE LIMA  
RG nº 24.776.741-4 SSP/SP  
CPF/MF 164.218.038-65

  
RENATO VIEIRA PITA  
RG nº 28.346.125-1 SSP/SP  
CPF /MF nº 280.830.348-35

Testemunhas:

  
ALINNE BRITO DE SOUSA  
RG nº 49.539.517-X SSP/SP  
CPF /MF nº 426.938.748-31

  
BIANCA MOREIRA GERALDI  
C.I. Nº 46.359.353-4  
CPF/MF 375.894.658-10





**23** Giselle Dias Rodrigues Oliveira de Barros  
Tabelião

TABELIÃO DE NOTAS Rua Duarte de Azevedo, 311 Santana São Paulo SP 02036-021  
Fone: 11 4837-4999 www.23tabeliao.com.br

Reconheço Por Semelhança a(s) Firma(s) Com Valor econômico de:  
[GEazzcd1]-RENATO VIEIRA PITA; [GEaa13a1]-RUBENS ALVES...  
REZENDE LIMA...

São Paulo, 22 de Setembro de 2017. Valor R\$: 18,00  
Em test. da verdade.  
RUBENS DA SILVA ROZA - ESCRIVENTE  
Selo(s): 1046-AA0358330  
Valido somente com selo de Autenticidade



Emoi.	
Estado	
Ipesp	
R. Civil	R\$ 34,92
T. Justiça	R\$ 45,54
M. Público	R\$ 31,85
Iss	R\$ 13,90

Total R\$ 1.107,34  
Selos e taxas  
Recolhidos p/verba

7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 53.452.256/0001-04

José Antônio Michalut - Oficial  
R\$ 663,47 Protocolado e prenotado sob o n. 79.617 em  
R\$ 188,59 23/08/2017 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 129,07 sob o n. 55.716, em pessoa jurídica.  
São Paulo, 22 de setembro de 2017

*R. Filha*

José Antônio Michalut - Oficial  
Ivandete de Souza Filha - Escrevente Autorizada